

O AGROEXTRATIVISMO NO VALE DO JARI: o caso da reserva extrativista do rio cajari (RESEX-CA)

AGROEXTRACTIVISM IN VALE DO JARI: the case of the rio cajari extractive reserve (RESEX-CA)

²Willis Freitas Penha

³Danilo Sorato Oliveira Moreira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo investigar o processo histórico do agroextrativismo na região do vale do Jari. Trata-se de uma pesquisa teórica, bibliográfica, na qual utilizou-se de levantamento bibliográfico no Google acadêmico, periódicos da CAPES e em documentos oficiais. O instrumento utilizado foi levantamento de bibliografias em plataformas acadêmicas e leis que tratam da temática. Como critério de seleção de bibliografia, utilizou-se materiais publicadas em revistas com ISSN, teses, dissertações e leis. Os resultados apontam para três momentos: a luta pelo território, a gestão desse espaço e o modo de vida das populações locais. Portanto os resultados encontrados respondem quais foram a trajetória e seu modo de organização e suas características.

Palavras-chave: Vale do Jari, RESEX, Agroextrativismo, gestão territorial.

ABSTRACT: This article aims to investigate the historical process of agroextractivism in the Jari Valley region, with a main focus on the Rio Cajari Extractive Reserve. This is a theoretical, bibliographical research, in which a bibliographic survey was used in academic Google, CAPES journals and in official documents. The instrument used was a survey of bibliographies in academic platforms and laws that deal with the subject. As a bibliography selection criterion, we used materials published in magazines with ISSN, theses, dissertations and laws. The results point to three moments: the fight for the territory, the management of this space and the way of life of the local populations. Therefore, the results found answer what were the trajectory and its mode of organization and its characteristics.

Keywords: Jari Valley, RESEX, Agroextractivism, territorial management

DATA DE APRESENTAÇÃO: 28/06/2023

¹ Artigo apresentado ao Instituto Federal do Amapá como requisito para obtenção do título de Especialista em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional.

² Licenciados em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia (UNIFAP). Especialista em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional (IFAP). E-mail: willis.penha@gmail.com

³ Orientador, Professor de História no Instituto Federal do Amapá (IFAP). Mestre em Ensino de História (UNIFAP). Bacharel em História (UFPA) e Relações Internacionais (UNIFAP). E-mail: danilosorato@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 9.985 de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), diz que as unidades de conservação são espaços territoriais legalmente constituídos com objetivo de conservação dos recursos naturais e dos modos de vida da população local. As mesmas têm seus limites definidos, com regime especial de administração e garantias de proteção (MACHADO et al., 2012).

A região sul do Estado do Amapá, compreendida pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, vivenciou transformações de caráter político, organizacional e ambiental que tiveram início no final da década de 1980. As trajetórias apresentam grandes conquistas no cenário ambiental amapaense ao delimitar as Unidades de Conservação (UC's). Esses três municípios compreendem uma área de 46.787,90 km² representando 32,6% do Estado do Amapá, encontrando atualmente com 85,3% de seus espaços florestais (39.912,11 km²), protegidos por unidades de uso especial (FILOCREÃO, 2007).

Essa região se apresenta através de relevantes áreas de extração vegetal, como castanhais, seringais e açazais, sendo estes responsáveis por boa parte da economia local e pela tradição histórica da atividade de coleta no território amapaense. Este tipo de manejo florestal é considerado altamente promissor, devido sua conciliação com exploração e conservação ambiental, aliado à existência de mercados potenciais ou consolidados na esfera nacional e internacional (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 52).

Para garantir o direito à terra, os extrativistas se organizaram através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SINTRA), com parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), os quais foram fundamentais para criação das áreas protegidas ao Sul do Amapá (FILOCREÃO, 2007; DOS REIS, 2018). A gestão destas UC's ocorre de forma compartilhada entre instituições públicas e organizações sociais, geridas pelos agroextrativistas.

O presente estudo, tem como hipótese que a população agroextrativista do sul do Amapá, se organizaram para reivindicar seu direito de viver livres em um território, historicamente marcado por exploração de latifundiários e do grande capital. Portanto, supõe-se que esta organização, de povos da Amazônia, foi fundamental para criação de áreas protegidas através de pressão sobre a esfera governamental. Portanto a criação da RESEX

Cajari, garante o usufruto dos recursos naturais pelos povos tradicionais que realmente praticam o agroextrativismo de forma sustentável.

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo histórico do agroextrativismo na região do vale do Jari, com foco principal na Reserva Extrativista do Rio Cajari, suas lutas e organizações que colaboraram para o processo de criação da área protegida, de interesse dos agroextrativistas, frente aos grandes poderes fundiários e capitalistas.

Portanto, este trabalho trata-se de uma pesquisa teórica, bibliográfica na qual teve como base artigos, teses, dissertações e leis. Utilizou-se de levantamento bibliográfico no Google acadêmico, periódicos da CAPES e em documentos oficiais, com o objetivo de identificar os dados qualitativos que tratam do agroextrativismo na Amazônia e no Vale do Jari, das organizações políticas e a territorialização no sul do Amapá. Utilizou-se como base os autores como: FILOCREÂO, 2007, 2014, 2022; MODESTO 2013; PICANSO, 2005; LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Como critério foram escolhidos dissertações e teses e artigos publicados em revistas acadêmicas com ISSN. Este artigo de revisão, foi realizado em um período de quatro meses. No primeiro mês realizou-se a definição e levantamento de bibliografias, no segundo e no terceiro mês realizou-se a revisão da bibliografia e no quarto mês realizou-se a elaboração deste artigo científico.

A historiografia da população agroextrativista da RESEX Cajari foi o foco principal desse trabalho, tendo como problemática: quais as lutas travadas pela população tradicional para garantir o direito ao território historicamente preservado por estes atores, como estes estão organizados para continuar defendendo seu território, que até o presente momento ainda é reenviado pelos herdeiros dos empreendimentos capitalistas e quais as principais atividades desenvolvidas nesse território.

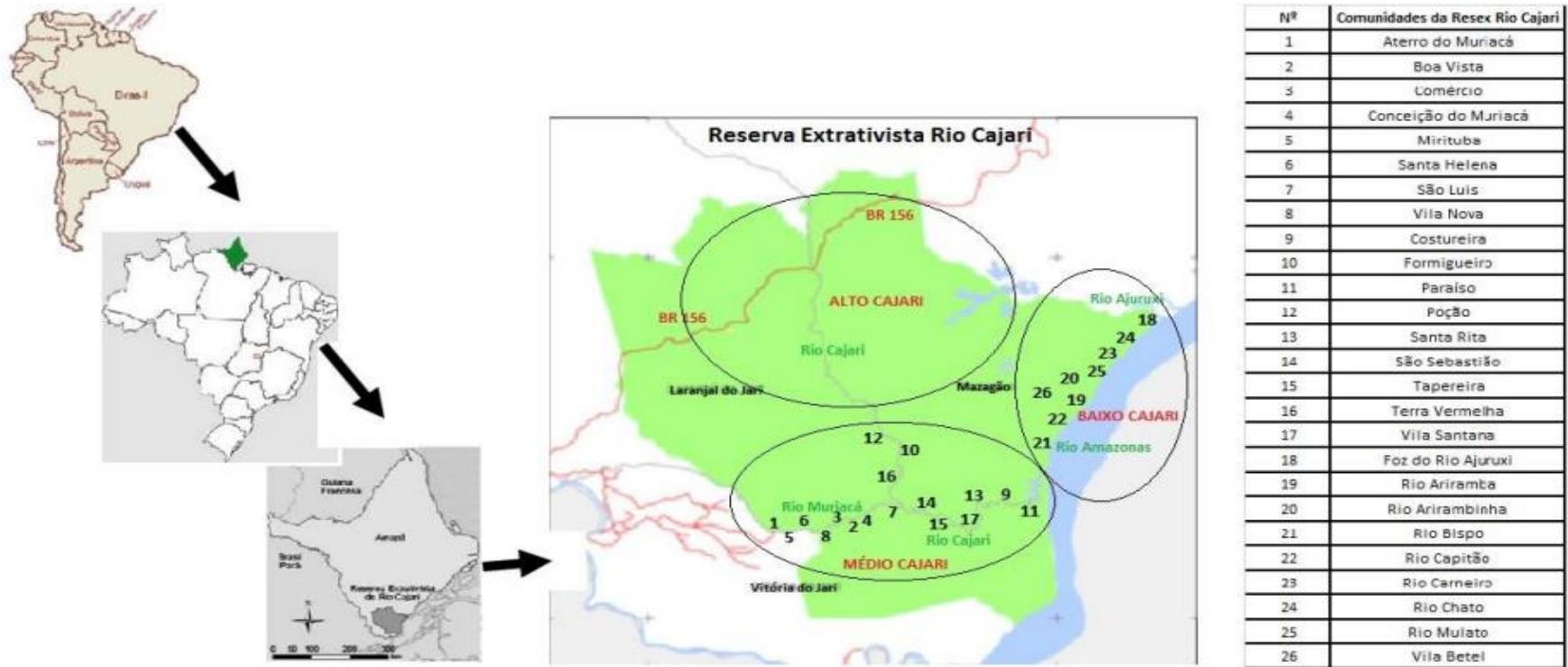
Constatou-se que o Vale do Jari passou por diversas transformações sociais e ambientais, porém as populações buscaram, através de organizações coletivas, garantir seu direito de usufruir dos recursos naturais a partir da criação da RESEX Cajari. As organizações de agroextrativistas, juntamente com entidades governamentais fazem a gestão dessa área protegida, contudo grandes desafios ainda persistem, principalmente em relação a conflitos causados pela criação de bubalinos de forma extensiva no interior da RESEX. As principais atividades realizadas pelos agroextrativistas da RESEX Cajari, são: a coleta da castanha, coleta do fruto do açaí, agricultura e a criação de animais.

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARI

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, está localizada na região Sul do Estado do Amapá, nas coordenadas 1°05'10''S e 51°46'36''W. A RESEX do Rio Cajari localiza-se nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari (figura.1), possui uma área aproximada de 501.771 hectares e população de 4.164 habitantes (FREITAS, 2013). É uma unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Decreto 99.145 de 12 de março de 1990, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), que tem por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura de populações, assegurando o uso sustentável de seus recursos naturais (RIBEIRO; XIMENES, 2009).

Esse território, devido sua grande extensão, está dividido em baixo Cajari, Médio Cajari e Alto Cajari. Nota-se também que boa parte dos moradores do baixo e médio Cajari se agregam as margens do rio, formando as comunidades, já as comunidades do alto Cajari estão localizadas principalmente as margens da BR 156 (PAULA FILHO et, al 2020).

Figura 01. Localização da Reserva Extrativista Rio Cajari, Amapá, Amazônia, Brasil.



Fonte: PAULA FILHO et, al 2020.

A região sul do Amapá tem uma grande importância econômica e ambiental, devido a presença de grandes áreas de castanhais, com o intuito de preservação, foram criadas áreas protegidas, envolvendo o Assentamento Agroextrativista Maracá, RESEX Cajari e RDS Rio Iratapuru, obedecendo a um plano de utilização para desenvolverem as suas atividades tradicionais com equidade ambiental, ou seja, o presente plano tem a finalidade de servir como orientação para os moradores da unidade de conservação, para que estes possam realizar as atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social (RIBEIRO; XIMENES, 2009).

3 PROCESSO HISTÓRICO DA TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO AMAPÁ

A região Amazônica, tem uma história marcada por exploração socioambiental pelos grandes projetos capitalista. No sul do Amapá não foi diferente, desde o século XIX, um grande latifundiário, conhecido como “coronel” José Júlio, comandava grandes porções deste território, enriquecendo com a comercialização dos recursos naturais e a exploração dos povos que trabalhavam em troca de recursos básicos. Porém,

Esse processo inicial de ocupação econômica se caracteriza por um acelerado movimento de expropriação concentração das terras nas mãos de um único comerciante que se torna seringalista, submetendo toda a população (a residente e a deslocada) da região ao processo de produção de riquezas através de formas de trabalho compulsório, sendo o aviamento e a violência os principais mecanismos dessa submissão (FILOCREÃO, 2002 p. 56-57).

A grande concentração de terras nas mãos de apenas uma pessoa se dava através de forma irregular, por meio de manobras cartoriais. Com sua influência política e seu poderio fundiário, o processo de grilagem de terra ficava acobertado nesse período

Ficou evidenciado que, por diversas oportunidades, José Júlio adquiri terras tituladas ou não, como medida cautelar contra possíveis litígios, uma vez que não desejava chamar a atenção para o tamanho de sua área, cujo título foi emitido mediante tráfico de influência (PICANÇO, 2005, p.54).

Com posse da terra, José Júlio exigia seu monopólio na negociação dos recursos extraídos pela população que habitava essas regiões. Essa negociação se dava através da troca de mantimentos, ferramentas e munição com os extrativistas da região, no qual ofereciam-lhe as principais riquezas extraído da floresta como o látex da seringueira (*hevea brasiliensis*), da balata (*Mimisopia bidentata* A. DC) e a semente da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H & B) (PICANÇO, 2005, p.55). Esse processo garantia o controle de toda a área, pois essa negociação de sempre desfavorável para os extrativistas, esse modelo de negociação era muito comum na relação “coronéis” e extrativistas da época, conhecido como sistema de aviamento.

Após décadas de repressão dos povos e apropriação irregular de terras públicas, na década de 1940, José Júlio decide vender parte do imenso território ao sul do Amapá para um grupo de empresários portugueses. O objetivo dos empresários foi de manter sobre seu controle as terras que eram ricas em recursos extrativistas, como a castanha-da-Amazônia e a seringa, para retirar o látex, utilizando-se da mão de obra dos extrativistas que as gerações resistiam na região.

Para viabilizar seu empreendimento, foram criadas três empresas e diversificadas as atividades: (I) Jari Industria e Comercio, a maior, comercializava os produtos extrativistas; (II) Companhia Industrial do Amapá, com sede em Jarilândia, implantou unidade de produção de aguardente que fornecia para a região do Jari e comerciantes de Belém, adquiriu equipamentos e iniciou a construção de uma fábrica de beneficiamento de castanha oriundas das áreas de influência do rio Jari e vizinhanças e, (III) a Companhia de Navegação Jari S.A., compostas das mesmas embarcações adquiridas de José Júlio, que transportava os produtos entre as filiais e sedes e destas para o porto de Belém, principal mercado comprador (PICANÇO, 2005, p.58)

Com o controle dos empresários portugueses, a liberação das áreas, que anteriormente eram proibidas para plantar, pescar e caçar, logo foram parcialmente liberadas. A companhia, além da exploração extrativista, incentivou a produção agrícola na região e a extração de madeira, principalmente em áreas que ocorriam poucos seringais, como no alto Cajari (FILOCREÃO, 2002, p. 59).

Em Água Branca do Cajari, os Portugueses tiveram mais sucesso na agricultura, financiando colonos para os preparos das áreas de plantio, fornecendo ferramentas e sementes, com garantia de compra da produção que chegou a produzir até trinta toneladas de farinha de mandioca por mês, que era comprado pela companhia. Além da farinha, Água Branca do Cajari fornecia feijão, milho, tabaco e grande quantidade de frutos, principalmente laranja (PICANÇO, 2005, p.60).

A companhia mesmo com a liberação de algumas outras atividades, ainda utilizava a estratégia de aviação, no qual os produtos eram obrigados a serem comercializados nas filiais. Os responsáveis pelas filiais eram trabalhadores assalariados de carteira assinada, porém acabavam recebendo seus salários apenas em mercadorias (LINS, 1991).

Em 1967 a empresa norte-americana *holding* pertencente ao grupo do milionário Daniel Ludwig adquire essa porção territorial, então essa região passa a pertencer a um grande projeto capitalista, no qual criou a empresa Jari Florestal Agropecuária Ltda que será responsável por iniciar as atividades voltadas ao setor florestal e agropecuário (MODESTO, 2013, p.35). Com o discurso de modernização e controle da região Norte, o governo militar priorizava o investimento capitalista na região (GOHN, 2012, p. 56).

O projeto visava transformar a região do vale do Jari em um grande polo econômico, com uma larga produção de celulose. O projeto, fortemente apoiado pelo governo militar, inicia suas atividades de forma avassaladora sobre a floresta, derrubando grandes áreas e transformando em monocultura, que anteriormente era de uso dos extrativistas (GREISSING, 2010. p.45).

Com a inserção do grande capital em uma região, que antes era inteiramente extrativista e agrícola, causaram grandes confusões no modo de vida tradicional das populações que sempre estiveram presentes neste território (GONH, 2012, p. 44). De certa forma este empreendimento herda as relações de aviamento e implanta em sua estrutura as mais recentes tecnologias da época (FILOCREÃO 2002, p. 62).

O projeto Jari, já foi projetado para realizar grandes transformações, no espaço social e natural. O intuito era derrubar 200.000 hectares de floresta nativa e introduzir espécies exóticas para a produção de celulose, 15.000 hectares de arroz, cana de açúcar e criação de 100.000 cabeças de bovinos e 40.000 cabeças de bubalinos (PICANÇO, 2005, p.62).

O empreendimento visava ainda explorar o setor de mineração, no qual exploraria o caulim, através de uma subsidiária (CADAM – Companhia Caulim da Amazônia), que seria utilizado no processo de branqueamento de papel e também na mineração de bauxita refratária (alumínio), no local que hoje se encontra o município de Vitória do Jari, que seria encarregada por outra subsidiária do grupo Jari, a Mineração Santa Patrícia Ltda. Além disso, o grupo pretendia também construir treze vivas e uma barragem para abastecer todo seu complexo industrial (SAUTCHUK; CARVALHO; GUSMÃO, 1979)

A empresa necessitaria de muito recursos humanos para desenvolver suas atividades, então surgiria a necessidade de contratação de muita mão-de-obra, isso atraio milhares de pessoas de outras regiões, principalmente Nordestinos e Nortistas para as proximidades do empreendimento em busca de emprego. Segundo Nascimento, 2018, p. 162:

De fato, com a implantação da empresa Jari Celulose, entre as décadas de 1960 e 1970, com sede em Monte Dourado, no município de Almeirim-PA, estimulou a migração, principalmente da região norte e nordeste, propiciando o crescimento populacional da área sul do Estado do Amapá, em concentrações como o da “Vila do Beiradão” (margem esquerda do rio Jari), área fronteiriça de Monte Dourado.

Com a inserção do grande capital em uma região, que antes era inteiramente extrativista e agrícola, causaram grandes confusões no modo de vida tradicional das populações que sempre estiveram presentes neste território (GONH, 2012, p. 44). De certa

forma este empreendimento herda as relações de aviação e implanta em sua estrutura as mais recentes tecnologias da época (FILOCREÃO 2002, p. 62).

4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

Na contramão destes grandes projetos capitalistas, temos a resistências das populações tradicionais, que buscam garantir sua subsistência em consonância com a preservação ambiental, da mesma forma que fora herdado de seus ancestrais (DOS REIS, 2018, p. 51).

Sabe-se que a área em que está localizada a RESEX do Rio Cajari, ainda é um território em disputa, sendo que até os dias atuais, empresas do Projeto Jari ainda reclamam grandes porções desta região, com a justificativa que não foi realizado sua desapropriação (PICANÇO, 2005). Por outro lado, destaca-se que a legislação que institucionalizou este modelo de Unidades de Conservação, não necessita, necessariamente que estas áreas sejam desapropriadas, pois estes territórios estão em áreas prioritárias de interesse ecológico e ambiental.

Para garantir a eficácia das lutas por um território legalmente constituído, os povos deste território se uniram aos movimentos que surgiram a partir das reivindicações liderados por Chico Mendes, no esta do Acre, no final da década de 1980, então as lideranças do Sul do Amapá, se unem ao CNS, no qual se torna um importante instrumento de luta em favor da criação das áreas protegidas.

Na tentativa de integração da Amazônia, na década de 90, grandes empreendimentos públicos e privados de forma exploratória e predatória, trouxeram graves problemas ambientais e sociais, no qual resultou em aumento de tensão e conflitos agrários na região (FILOCREÃO, 2014).

Com a ajuda da Igreja Católica, a população extrativista se organiza através de um Sindicato Unificado em todo o Território do Amapá (SINTRA) como um início da organização do CNS como movimento social do extrativistas do sul do Amapá. O CNS, por sua vez direciona sua atuação ao sul do Amapá, devido a existência de uma grande massa de extrativistas nessa região (DOS REIS, 2018, p. 67).

Dos Reis (2018) destaca ainda, que através da busca por direitos de sobreviver como agroextrativistas em seus territórios historicamente ocupados por pescadores, seringueiros,

agricultores familiares, movimentos de camponeses, criam um conselho que pode representá-los, no qual hoje é denominado como Conselho Nacional Das Populações Extrativistas (CNS).

O CNS juntamente com organizações ambientalistas, nacionais e internacionais formara um importante instrumento para pressionar o governo Brasileiro a criar as reservas extrativistas em decreto em 1990, o que daria a garantia do direito à terra aos povos extrativistas (FILOCREÃO, 2014; CASTELLS, 2010, p. 423).

Os extrativistas, agora organizados, conseguem vantagens em suas lutas, então esse momento é marcado por pressão aos governantes, que por sua vez estariam impressionados com os discursos ambientalistas internacionais, então esse momento é marcado por abrandar os conflitos de governo e movimentos sócias (MODESTO, 2013, p. 42).

5 A CO-GESTÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARI

A Reserva Extrativista do Cajari, é uma unidade de conservação que visa proteger os recursos naturais e o modo vida das populações locais. É uma área de concessão, pertencente do Governo Federal, na qual é gerida por um Conselho Deliberativo, entidade máxima de gestão, na qual é composta por organizações representativas dos agroextrativistas, por Universidades e instituições de pesquisa e esfera governamental. A gestão, fiscalização e execução de políticas de territórios fica na responsabilidade do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2000).

As Reserva Extrativista do Rio Cajari, sendo um novo modelo no projeto de reforma agrária no Brasil, foi buscando seus rumos baseado nos preceitos da sustentabilidade e da gestão compartilhada, entre entidades públicas e organizações não governamentais, constituída por moradores da RESEX, contudo a falta de formação básica para os integrantes deste meio (os agroextrativistas) tornaram o planejado desenvolvimento sustentável, um processo lento que ainda buscam um caminho, mesmo após 30 anos de criação destas UCs.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, no processo de formação foi uma importante instituição para garantir a criação e o funcionamento da Reserva. Pois, Modesto o define como:

Uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, e os membros envolvidos poderiam ser “trabalhadores extrativistas” e perante a criação das RESEX's tanto o CNS quanto estas UC's ganharam bastante expressão no cenário histórico sendo amplamente debatidos por diferentes setores sociais governamentais, não governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisas e movimentos sociais, passando a dar visibilidade aos seringueiros, que permaneciam propositalmente invisíveis perante a esfera de governo (MODESTO, 2013 , P.62)

O Estatuto o define como uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, e os membros envolvidos poderiam ser “trabalhadores extrativistas” e perante a criação das RESEX's tanto o CNS quanto estas UC's ganharam bastante expressão no cenário histórico sendo amplamente debatidos por diferentes setores sociais governamentais, não governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisas e movimentos sociais, passando a dar visibilidade aos seringueiros, que permaneciam propositalmente invisíveis perante a esfera de governo (MODESTO, 2013 , P.62)

No interior da RESEX Cajari, em 1991 criou-se uma organização, na qual seria responsável por fazer a gestão dentro da unidade, preservar a biodiversidade, garantir o direito das populações locais o direito de praticar o extrativismo sustentável e receber e gerir os projetos destinados para a reserva, com esse objetivo, em 1991 criou-se a Associação dos trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari (ASTEX-CA).

Com apoio do CNS, a ASTEX-CA tinha a missão de completar as etapas probatórias para garantir o Título de Concessão de uso da Reserva, realizar levantamentos populacionais e econômicos, a elaboração do Plano de uso da RESEX, como também resolver questões fundiárias, denunciar invasões e encaminhar denunciar o mau uso da RESERVA e gerenciar a questão produtiva em todo o território da UC (FILOCREÃO, 2007).

Tentando gerir uma grande faixa de território, a ASTEX-CA em 1995 recebe recursos do Programa Piloto para a Proteção da Floresta Tropical (PPG7), que tinha como objetivo melhorar a questão da gestão das organizações sociais, fortalecimento da saúde e educação das áreas protegidas (SCHOLZ,2002).

Com uma grande área de atuação, a organização que atuava na gestão desse território, não consegue alcançar satisfatoriamente todo a população agroextrativista da RESEX e, assim surgem mais duas organizações a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio Cajari (ASSCAJARI), criada em 1999 e sendo legalizada somente em 2003, na qual ficou responsável por gerir a região do médio e baixo Cajari e Rio Muriacá,

e a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (AMAEX-CA), também criada em 1999, irá atuar nas regiões do Rio Ajuruxi e no litoral do rio Amazonas, pertencente a RESEX. (FILOCREÃO, 2007).

Mesmo com as novas organizações formadas, as comunidades da região do baixo Cajari tinham problemas na gestão dos seus produtos extrativistas. No entanto, em 1994 a ASTEXCA juntamente com o CNS trabalham na implantação de um projeto para aproveitar as áreas de açaisais recorrente nestas regiões. Com apoio financeiro do World Wildlife Fund (WWF), trataram de implantar uma unidade de beneficiamento de palmito de açaí. Para fazer a administração e comercialização do produto, foi necessário formar uma nova organização a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA) (COSTA, 2015).

Ainda para viabilizar o processo da gestão da RESEX Cajari, criou-se mais algumas organizações, como a Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas dos Trabalhadores do Alto Cajari (COOPERALCA), a Associação das Mulheres do Cajari (AMAC), a Associação de Mulheres do Baixo Cajari (AMAC), a Associação de Mulheres do Baixo Cajari (AMBAC) e a Associação dos Moradores e Produtores da Cadeia da Sociobiodiversidade em Atividades na Reserva Extrativista dos Rios Cajari e Muriacá (ACIOBIO).

6 CARACTERÍSTICAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

A Reserva Extrativista do Rio Cajari é uma unidade de conservação de uso sustentável, na qual habitam populações que desenvolvem seus sistemas produtivos com estreita simbiose com a natureza (PENHA, et. al, 2019). Porém, nota-se que estes povos, hora estão no processo de coleta de castanha, açaí, bacaba e, em outro momento estão praticando a agricultura de corte e queima.

Em depoimento ao Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial, 2014, p. 3, o agroextrativista relata que:

Quando pegaram o nome pequeno agricultor nos esconderam por muitos anos por sermos agricultor e nós não somos agricultor do jeito que o conceito de agricultor é usado pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário usam. Nós somos agricultores diferenciados (S.r. Pedro Ramos de Sousa).

Porém, produtos do extrativismo como o açaí, a castanha e outros, são sazonais, que em determinado momento não estão disponíveis para coleta. Por isso estes trazem consigo uma característica específica denominadas de populações agroextrativistas.

Nesse território habitam 3.800 pessoas, distribuídas em 65 comunidades, essas comunidades estão distribuídas em três sub-regiões no interior da RESEX, denominadas de Alto, Baixo e Médio Cajari. Essas comunidades apresentam suas características específicas e contam com algumas estruturas, como postos de saúde, escolas, sistemas de produção de energia através de Motores; porém nota-se que alguns agroextrativistas tentam acessar novos recursos como painéis de energia fotovoltaicas, internet via satélite e outros.

Na região do Alto da Reserva extrativista do rio Cajari, é predominante as áreas de terras firmes, onde ocorrem as principais áreas de castanhais, onde estas foram fundamentais para a ocupação desse espaço territorial. Essa região também é cortada pela BR – 156, rodovia que possibilita o escoamento de produção para as cidades de Macapá e Laranjal do Jari.

Algumas pessoas, preferem residir em suas colocações, local onde coletam seus produtos, praticam a agricultura para suas subsistências e criam pequenos animais, para que possam vender ou trocar nas comunidades maiores. Geralmente os extrativistas buscam recursos nos vilarejos maiores, como o caso de Água Branca do Cajari, local que cresceu no entorno de uma antiga filial portuguesa, esta comunidade conta com posto de saúde, escolas do 1º e 2º grau, escritório de extensão rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), mercearias, igrejas católica e evangélica, sede de associação e cooperativa e além de feira de produtos agroextrativistas.

A região do Médio da Reserva Extrativista do Rio Cajari consiste em uma região alagadiça, que são compostas por terras firmes, porção de terras de nível mais elevado, onde os agroextrativistas costumam, cassar, coletar frutos e madeira, fazer seus roçados, principalmente de mandioca e criação de alguns animais para suas subsistências. Vale ressaltar que o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) é de maior presença nesses estabelecimentos ou colocações, assim denominadas pelos moradores, logo a produção de farinha de forma artesanal é uma das principais atividades realizadas.

Figura 1. Roçado de mandioca e produção de farinha no médio Cajari.



Fonte: Imagens do autor

Nessa região há a presença de faixas de açazais nativos nas cabeceiras dos igarapés, no qual já foi explorado pelos moradores para extração de palmitos, notando que essa atividade chamava a atenção de pessoas de fora da RESEX, seu Manoel Domingos Lopes relata as conquistas e diferenças deste período:

“Naquela época pra hoje tem uma diferença muito grande. Veja bem: no Cajari, por exemplo, foi um dos que mais deu palmiteiros do estado do Pará, aqui pra nós nessa região. Todas essas comunidades aqui tinha 50, 60 palmiteiros e hoje não tem, o pessoal não consente, porque a coisa mudou. O pessoal já pensa em manejo, já trabalham tudo no manejo, já sabem como manejar. Na nossa região aqui é açazeiro que a gente conhece. Não é verdade pessoal? (Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial 2012, p.4)

Até chegou a ser implantado uma fábrica de beneficiamento na comunidade de Conceição do Muriacá, com apoio do Fundo Mundial para a Natureza, sendo administrada pela Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA), porem encontra-se desativada. Por outro lado, a coleta do fruto de açai tornou-se uma atividade constante, juntamente com a coleta de castanha-do-Pará, a agricultura e a criação de animais.

Nessa região é abundante as áreas de planícies alagáveis, que formam grandes extensões de pastagens, na qual o projeto Jari desenvolvia a criação extensiva de bovinos e bubalinos. Com a o encerramento das atividades da Jari, os funcionários que decidiram permanecer no interior da RESEX foram indenizados com rebanhos, os quais ainda é um dos principais motivos dos conflitos ocorridos nesta região. Esses animais circulam livremente por estes campos e acabam invadindo as áreas de agricultura e assim destruindo essas áreas.

Esses fatos foram evidenciados na fala do Sr. MANOEL DOMINGOS LOPES:
:

(...) “esse gado aqui é um dos que mais acaba com a roça dos companheiros aqui da Reserva e o gado dele invade pra todo lado aí, porque ele é criado por conta da natureza e está aqui localizada a fazenda próximo do Muriacá no município de Mazagão e assim sucessivamente” Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial, 2012, p. 20.

Figura 3. Criação de búfalos na região do médio Cajari.



Fonte: Imagem do autor

A região do Baixo da Reserva Extrativista do Rio Cajari, compreende as áreas que formam os igapós nas margens do rio Cajari até a região das margens do rio Ajuruxi e a faixa de influência do rio Amazonas que fica entre esses dois rios. Nessas áreas onde é predominante as áreas de várzeas, costuma-se desenvolver áreas de açais nativos, os quais são manejados pelos agroextrativistas da região, sendo que a principal fonte de renda vem da comercialização do fruto da palmeira e também dos palmitos que são extraídos no momento do manejo das áreas.

Figura 4. Agroextrativista realizando a debulha do açáí.



Fonte: Acervo de Francisco Penha

Nesta região, nota-se que também é realizado a agricultura, porém ainda são limitadas em períodos do ano em que o nível dos rios está baixo, então é aproveitado a fertilidade das margens dos rios e igarapés para a produção de culturas de ciclos curtos, como a melancia, jerimum, milho, feijão, hortaliças e outros. A pesca também é uma das atividades realizadas nessa região, pois nas localidades próximas ao rio Amazonas pesca-se o camarão, filhote, pacu e outros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo histórico da porção Sul do Amapá, constatou-se que esta região sempre foi explorada por grandes latifundiários e projetos capitalistas, que subordinavam a população local através de negociação desfavorável para o agroextrativista, nota-se também que o projeto Jari causou grandes transformações sociais e ambientais no território estudado. A derruba de grandes áreas, criação de bubalinos e controle sobre a população local foram marcas desse projeto. Porém os agroextrativistas, organizam-se para reivindicar o direito à terra, do qual garantiam sua subsistência com o cuidado com a preservação ambiental.

A criação das áreas protegidas, só foi possível através de mobilização a organização dos povos tradicionais, aliando-se ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

e outras organizações governamentais e não governamentais. A RESEX-CA, ao sul do Amapá, porem foi uma grande inovação institucional, na qual garante o direito dos povos a terra, de coletarem e praticarem suas atividades de subsistências, baseados nos preceitos da sustentabilidade.

Para fazer a gestão do território que foi conquistado, os agroextrativistas formaram suas próprias instituições que colaboraram para o desenvolvimento sustentável da comunidade, a ASTEXCA foi um grande instrumento para promover o desenvolvimento sustentável na região, porem a grande extensão territorial da RESEX Cajari limitaram a organização em sua atuação, no que foi necessário a criação de novas entidades representativas, como a ASSCAJARI e a COOPERCA no médio Cajari e a AMAEX, no baixo Cajari e outras organizações que contribuem para a gestão deste território. Nota-se ainda que a gestão desse território ainda é uma tarefa complexa, devido aos conflitos recorrentes entre os membros das organizações, nota-se ainda que as estruturas formadas para o beneficiamento dos produtos locais encontram-se desativados, devido à de suporte técnico.

Nota-se que a população que hoje integra a Reserva Extrativista do Cajari, são povos que desenvolvem atividades diversas, sendo o extrativismo da castanha do açaí, a produção agrícola e a criação de animais, portanto estes se denominam como agroextrativistas. Detectou-se ainda que a criação de bubalinos ainda é recorrente na UC, portanto esta atividade ainda é uma das principais causas de conflitos entre os agroextrativistas e os criadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jul. 2000. P.1

CADERNO, NOVA CARTOGRAFIA. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Extrativistas da RESEX Rio Cajari em ação, Amapá. **Manaus: UEA Edições**, n. 24, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

COSTA, José Newton. A ação coletiva na cogestão dos espaços territoriais e recursos naturais de uso coletivo na reserva extrativista do rio cajari. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 1, p. 75-92, 2015.

DOS REIS, Marlon. **Os Movimentos Sociais no Sul do Amapá: A Trajetória do Conselho Nacional Das Populações Extrativistas**. 2018, 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá, 2002. 169p.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá**. 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental). Universidade Federal do Pará, Belém.

FILOCREÃO, A. S. M. **A História do Agroextrativismo na Amazônia Amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2014.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: SEMA, 2022. 169p.

FREITAS, T.L.P. **A exploração da castanha-do-brasil na RESEX do Rio Cajari**. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 anos de história**. Dataforma, 2001.

MACHADO, C.J.S.; COSTA, D.R.T.R.; VILANI, R.M. A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.8, n.3, p.50-75, 2012.

MODESTO, C. T. M. RESEX Cajari no sul do amapá: processo histórico da organização política. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do. **Laranjal do Jari: Uma proposta para a escrita de livros didáticos e ensino de história local no Amapá.** Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Amapá, 2018, 171f.

PAULA FILHO, Galdino Xavier De; RIBEIRO, Advair Freitas; MORAES, Alcidete Flexa; PENHA, Willis Freitas; Borges, Wardson Lustrino; SANTOS, Ricardo Henrique. Etnobotanical knowlndge on nom-conventional food and medicinal plants in Rio Cajari Extractivist Reserve, Amazon, Brazil. **Journal of Etnobiology and Etnomedicine.** V3, p. 1-25, 2020.

PENHA, W. F.; CHUCRE, S. B.; SALGADO, J. V. LEÃO, J. M. PAULA FILHO, G. X. Agroecologia e produção orgânica no território sul do estado do Amapá. In: XI Congresso Brasileiro de agroecologia. **Anais...** Aracaju, SE: ABA/UFS, 2019.

PICANÇO, J. R. A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: Verso e reverso da territorialização no sul do Amapá.** 2013, 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; CAMPOS, Índio. A Socioeconomia da Castanha-do-Pará no Estado do Amapá. In. **KANZAKI, Luís Isamu Barros. Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha do Brasil no Sul do Amapá:** ecologia, socioeconomia, microbiologia, físico-química. Belém: Banco da Amazônia, 2009. p. 51-117.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; XIMENES, Tereza. **Redes sociais no cooperativismo da castanha-do-brasil em áreas agroextrativistas na região sul do Estado do Amapá.** Pará, Revista de Estudos Sociais - ano 11, n. 21, v. 1, 2009.

SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. **Projeto Jari: a invasão americana – as multinacionais estão saqueando a Amazônia.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.

SCHOLZ, Imme. O Desenvolvimento de Instituições de Política Ambiental na Amazônia a partir de 1992: a contribuição do PPG7. **GTZ/Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN).** 15p, 2002.